



PODER

Presas, Zambelli tenta permanecer na Itália

Com cidadania italiana, deputada foragida estava num apartamento em Roma. Parlamentares cobram cassação de bolsonarista

» MAIARA MARINHO

A Justiça italiana deve decidir em até 48 horas se dá início ao processo de extradição da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), presa na tarde de ontem, em Roma. A Polícia Federal informou que um delegado localizou o endereço da parlamentar e o entregou às autoridades italianas, que foram até o apartamento onde ela estava morando e a conduziram para a delegacia.

Em junho, a parlamentar foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sem possibilidade de recurso, a 10 anos de prisão em regime fechado e ao pagamento de uma multa de R\$ 2 milhões. Ela foi apontada como a mandante da invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que resultou na emissão de um mandado de prisão falso contra o ministro Alexandre de Moraes.

A cidadania italiana de Zambelli não a impede de ser extraditada, mas em casos que envolvem alta repercussão política e possível alegação de cidadania estrangeira, o processo de extradição tende a ser mais demorado. “Estimativas mais conservadoras apontam que pode levar de alguns meses a mais de um ano, ou até mais, para uma decisão final sobre a extradição”, explicou ao **Correio** a especialista em direito internacional e penal, Hanna Gomes. Isso acontece porque a Itália não extradita automaticamente seus cidadãos. Além da possibilidade de asilo político e extradição, a Justiça italiana pode decidir, ainda, pelo cumprimento da pena em regime fechado ou domiciliar na Itália.

“A Itália pode negar o pedido de extradição, mas o tratado bilateral com o Brasil pode flexibilizar isso. Entre outros fatores, um fundamento para a negativa pode ser a Itália considerar que o pedido de extradição tem motivação política, o que é proibido por tratados internacionais”, disse Gomes.

O advogado Sérgio Martins destacou que o pedido de extradição pode ser negado caso não atenda aos requisitos dispostos no tratado bilateral. E se a Itália reconhecer que a condenação tem motivação política, poderá conceder o asilo à parlamentar brasileira.

Em caso de punição, ela poderá cumprir pena no Brasil ou em

solo italiano. Martins lembra que essa etapa nada tem a ver com a condenação do Supremo Tribunal Federal, que é definitiva. “O processo de extradição na Itália não é uma nova oportunidade para recorrer da condenação em si”, comentou Gomes.

A prisão de Carla Zambelli teve repercussão imediata no Brasil e na Itália. Um dos primeiros a comentar a detenção da brasileira foi o deputado italiano Angelo Bonelli. Em uma rede social, escreveu: “Carla Zambelli está em uma casa em Roma. Dei o endereço à polícia, e a polícia já identificou Zambelli”. Em diversas ocasiões, Bonelli questionou a situação da parlamentar no país europeu. “O governo (italiano) continua em silêncio sobre o caso Zambelli. Por que uma pessoa procurada e condenada no Brasil pode viver tranquilamente na Itália sem ser presa?”, escreveu em uma rede social.

Pouco depois da postagem de ontem, o Ministério da Justiça confirmou a prisão de Zambelli.

Arma na rua

A deputada bolsonarista também é ré em outro processo no STF por perseguição com arma de fogo a um homem na véspera do segundo turno das eleições presidenciais em 2022. Segundo o inquérito, a deputada perseguiu o suposto apoiador do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva com uma arma na rua em São Paulo e o obrigou a deitar no chão.

Pressionado pelo Supremo Tribunal Federal, a parlamentar decidiu deixar o Brasil. Em 3 de junho, ela disse à uma rádio bolsonarista que havia deixado o país, anunciou que iria pedir o afastamento do cargo e alegou que era “intocável” por ter cidadania italiana.

No dia seguinte, um youtuber descobriu que ela estava na Flórida, nos Estados Unidos. Zambelli decidiu então ir para a Itália e chegou a Roma em 5 de junho. Nesse mesmo dia, Moraes determinou a inclusão do nome da deputada na lista de difusão vermelha da Interpol. Ela estava foragida desde então, quando foi decretada a prisão preventiva. Na decisão que condenou Zambelli, foi determinada a perda do mandato parlamentar, que depende da análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

Reprodução/Redes Sociais



“Aqui nós temos Justiça”

ANTES DE SER PRESA, CARLA ZAMBELLI GRAVOU UM DEPOIMENTO. CONFIRA OS PRINCIPAIS TRECHOS.

“Eu vou me apresentar às autoridades italianas. Estou muito segura de fazê-lo, porque aqui nós temos ainda justiça e democracia. Não temos um ditador no poder. Não temos a autoridade ditatorial de Alexandre de Moraes e de seus comparsas da Supremo Corte. Estou tranquila. Calma, tranquila, o coração sereno, de que aqui buscarei justiça para o meu caso.

“Quando diz que era intocável, é porque o sei que só Deus pode me tocar. Eu não vou voltar para o

Brasil para cumprir pena no Brasil. Se eu tiver que cumprir qualquer pena, vai ser aqui na Itália, que é um país justo ainda e democrático.

“Estou segura de que analisando todos os processos, de cabo a rabo eles vão perceber que eu sou inocente, porque eu não ordenei a invasão ao CNJ. Eles tomaram a palavra de um mentiroso que mudou cinco vezes o depoimento dele.

“Seis depoimentos cada um dizendo uma coisa diferente sobre sobre

mim. E a palavra dele valeu mais que a minha para me condenar. O que é isso se não uma perseguição política?”

“Com alma limpa, o coração tranquilo, eu vou me apresentar às autoridades porque eu não estou aqui fugindo. Estou aqui resistindo e vou continuar resistindo por vocês, pelos meus amigos e pela minha família, principalmente. Pela nossa pátria, pelo nosso país. Contem comigo hoje e sempre.”

Caso reacende polêmica cassação x perseguição

» VANILSON OLIVEIRA

A prisão da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) desencadeou uma onda de reações entre os parlamentares, aprofundando o racha entre os que defendem sua cassação imediata e aqueles que denunciam uma suposta perseguição judicial. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou que a Casa já está adotando as providências legais cabíveis. “Tomei conhecimento da prisão da deputada Carla Zambelli pela imprensa. Consultei o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que nos repassou informações preliminares. Aguardamos as manifestações oficiais do Ministério da Justiça e do governo italiano”, afirmou Motta, em publicação na rede social X (antigo Twitter).

O parlamentar lembrou, ainda, que “as providências que cabem à Câmara já estão sendo adotadas,

por meio da Representação que tramita na CCJC, em obediência ao Regimento e à Constituição. Não cabe à Casa deliberar sobre a prisão – apenas sobre a perda de mandato”, diz o texto.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), integrante da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), protocolou requerimento solicitando que a Mesa Diretora declare a perda do mandato de Zambelli. Para a parlamentar, não há mais espaço para protelação. “A permanência de Zambelli no cargo representa um escárnio ao Estado de Direito e um atentado à moralidade pública”.

Segundo Rosário, “já tínhamos o entendimento e deduzido o pedido, em conformidade com o acórdão condenatório, no sentido de que o trânsito em julgado impõe a suspensão imediata de seus direitos políticos, nos termos do artigo 15, III, da Constituição Federal, a ser declarada pela Mesa”. Ela

afirma que houve um “trâmite anômalo e ilegal” ao se remeter o caso à CCJC, quando, em sua avaliação, a cassação já deveria ter sido declarada de ofício.

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) usou o X também cobrando providências. “Foragidos não podem legislar. A Câmara deve cumprir a Constituição”, referindo-se à cassação. Duda Salabert (PDT-MG) escreveu que a prisão de Zambelli é o primeiro passo. “A prisão de Carla Zambelli é uma vitória do Estado Democrático de Direito. Que ela responda por seus crimes e pelos ataques que articulou contra a democracia. O cerco se fecha, e o dia de Bolsonaro está chegando”.

A ex-aliada do clã bolsonarista e ex-deputada Joice Hasselmann foi direta: “Carla Zambelli, enfim, vai pagar pelos crimes que cometeu. Ela foi presa na Itália. Toc-toc-toc”. O senador Humberto Costa (PT-PE) classificou o episódio como “mais uma bolsonarista na cadeia”.

Em nota oficial, a Liderança do Partido Liberal (PL) na Câmara, por meio do deputado Sôstenes Cavalcante, manifestou solidariedade a Zambelli e sustentou que ela não foi presa, mas apresentou-se voluntariamente às autoridades italianas, iniciando um pedido de asilo político. “Esse gesto, firme e consciente, não é ato de fuga. É a consequência direta de um país que tem negado a seus representantes eleitos o direito à liberdade, ao contraditório e à legítima defesa”, afirmou.

O documento também denuncia o que chama de “estado de exceção camuflado”, alegando que o Judiciário “julga, censura, legisla, investiga e pune”, concentrando poderes sem controle. “Deputados silenciados. Jornalistas banidos. Presidentes sob tornozelera. Perfis censurados. Contas bloqueadas”, diz o texto. E alerta: “Hoje é Carla Zambelli. Amanhã, será qualquer um de nós”.

Do crime à prisão

4 de janeiro de 2023

» O hacker Walter Delgatti Neto invade o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e insere documentos falsos, como um mandado de prisão forjado contra o ministro Alexandre de Moraes.

10 anos e 8 meses de prisão. Walter Delgatti é condenado a 8 anos e 3 meses.

29 de fevereiro de 2024

» A Polícia Federal indiciou Carla Zambelli e Walter Delgatti por crimes como invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica.

3 de junho de 2025

» Em vídeo, Zambelli afirma que está deixando o Brasil e que irá à Itália. PGR requer inclusão da deputada na lista da Interpol.

7 de junho de 2025

» Alexandre de Moraes envia a documentação ao Ministério da Justiça para formalizar o pedido de extradição junto às autoridades italianas.

23 de abril de 2024

» A Procuradoria-Geral da República oferece denúncia ao STF contra Zambelli.

29 de julho de 2025

» Carla Zambelli é presa em Roma por policiais italianos. Deputado italiano afirma ter repassado o endereço da brasileira às autoridades locais.

14 de maio de 2025

» O STF condena a deputada a